

Portobello

## Sumário

Comentário do Desempenho Consolidado .....	1 a 8
Parecer dos Auditores Independentes.....	9 a 10
Demonstrações Financeiras.....	11 a 15
Notas Explicativas .....	16 a 50

---

---

## COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009, 2008 E DE 2007

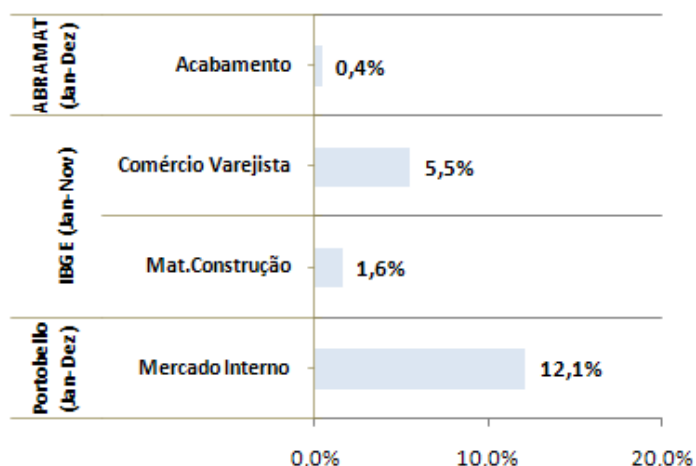
A Portobello S/A - código BOVESPA: PTBL3, uma das maiores empresas do setor de revestimento cerâmico brasileiro, listada no segmento tradicional da BOVESPA desde 1991 e no Novo Mercado desde 30/04/2008, apresenta seus resultados do exercício de 2009. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas de forma consolidada, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, e as comparações referem-se ao exercício de 2008 e 2007, exceto onde indicado em contrário.

### DESTAQUES

- Resultado líquido 277% superior quando comparado ao exercício de 2008;
- Crescimento de 12% nas vendas no mercado doméstico;
- Crescimento de 5% na produção de revestimentos cerâmicos;
- Redução de 12% nas despesas administrativas e comerciais;
- Redução de 47% nas despesas financeiras líquidas;
- Redução de 8% no endividamento bancário;
- A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS instituído pela Lei 11.941 e MP 470, resultando em aumento do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 12.569 e alongamento dos prazos de pagamento para até 180 meses;
- Prêmio "Marca que mais se destacou nos seguintes itens: Qualidade, Força de Vendas, Orientação Técnica e Avaliação Geral", da Revista Anamaco;
- Prêmio "Melhor fornecedora na categoria Revestimento Cerâmico" das revistas Construção Mercado, Tèchne, AU - Arquitetura & Urbanismo e Equipe de Obra, editadas pela PINI;
- Prêmio "Selo de Excelência em Franchising", pela Associação Brasileira de Franchising – ABF;
- Prêmio de "Melhores Franquias do Brasil", da revista Pequenas Empresas Grandes Negócios.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2009 iniciou-se sob o impacto da crise econômica internacional deflagrada em setembro do ano anterior, com reflexos negativos na demanda por materiais de construção e na liquidez dos mercados. Esta conjuntura internacional adversa contaminou a economia brasileira que sofreu seus efeitos até meados do ano, e somente no segundo semestre mostrou sinais de recuperação consistente.



O setor de materiais para construção civil acompanhou este ciclo econômico e mostrou pequeno crescimento de menos de 2% no acumulado do ano, segundo estatísticas do IBGE. Os materiais para acabamento, onde se enquadram os revestimentos cerâmicos, cresceram menos ainda segundo a ABRAMAT- Associação Brasileira de Materiais de Construção. Não obstante esta conjuntura difícil, a Companhia aumentou cerca e 12% as suas vendas no mercado interno, compensando quase inteiramente a queda acentuada de suas exportações.

Dando continuidade ao processo de racionalização progressiva de suas operações, houve redução de 12% nas despesas administrativas e comerciais. Também nos aspectos financeiros foram obtidos progressos significativos, com a redução de 8% no saldo do endividamento bancário e de 47% nas despesas financeiras líquidas.

A Companhia aderiu em novembro aos programas de parcelamentos de impostos instituídos pela lei 11.941/2009 e pela Medida Provisória 470/2009, com grande redução do passivo fiscal e amortização em até 180 meses. Além da regularização dos passivos fiscais, também foram transformadas as contingências que a Companhia avaliou serem convenientes reconhecer como passivo para parcelamento com as reduções expressivas possibilitadas pela nova legislação. Foram utilizados créditos de IR e CSLL diferidos, para parte significativa dos pagamentos destes impostos parcelados, cujo aproveitamento em condições normais levaria diversos anos. Estas contingências fiscais em sua quase totalidade decorreram de compensações de impostos com créditos-prêmio de IPI, que haviam sido glosadas pela Receita Federal e encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial. A confissão e parcelamento destas dívidas fiscais decorrentes de compensações glosadas, embora elimine a discussão administrativa, não prejudica o andamento das ações judiciais para reconhecimento do direito a crédito-prêmio de IPI de exportações realizadas antes de outubro de 1990, já transitadas em julgado quanto ao mérito favorável à Companhia, encontrando-se em processo de liquidação de sentença.

Os principais efeitos reconhecidos no resultado Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram:

- Reconhecimento de passivo decorrente da utilização de crédito prêmio de IPI de origem anterior a 05/10/1990, até então com exigibilidade suspensa, no valor de R\$ 126.093.
- Reconhecimento contábil da desistência de processos judiciais e administrativos anteriormente tratados com possibilidade de perda possível ou remota, no valor R\$ 5.652.
- Reconhecimento de créditos do Imposto de Renda e Contribuição Sociais Diferidos, no valor de R\$ 49.665 no consolidado.
- Redução de encargos financeiros sobre tributos (multa e juros), no valor de R\$ 117.889, sendo R\$ 32.087 referente à adesão a Lei 11.941 e R\$ 85.802 referente à MP 470.
- O Patrimônio Líquido foi aumentado em R\$ 12.569.

O planejamento estratégico da Companhia foi revisado no segundo semestre para refletir o novo cenário de mercado que se desenhou ao longo do ano. Ficaram estabelecidas estratégias para priorizar o crescimento no mercado interno.

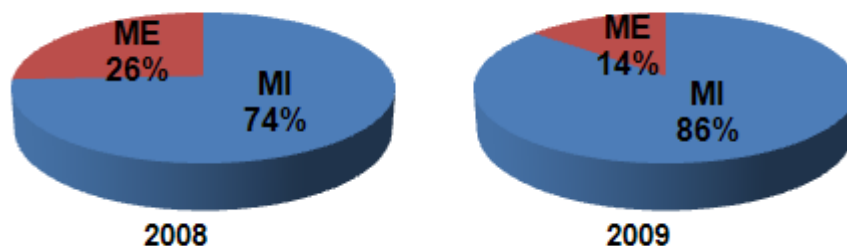
## DISTRIBUIÇÃO

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno: Três são os canais de distribuição : (i) “revendas multi-marcas”, responsáveis pelo atendimento a clientes revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (ii) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (iii) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 104 lojas localizadas em 85 cidades, este canal representa a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

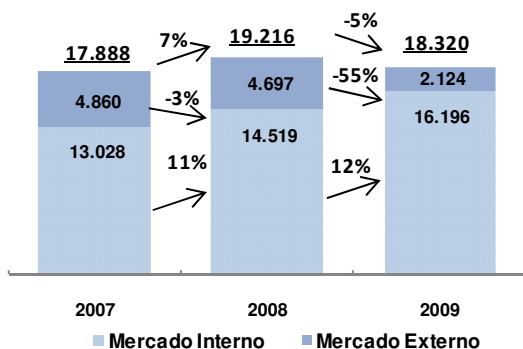
Mercado Externo: Representando as vendas realizadas para diversos Países, inclusive da subsidiária no exterior.

### Distribuição da Receita

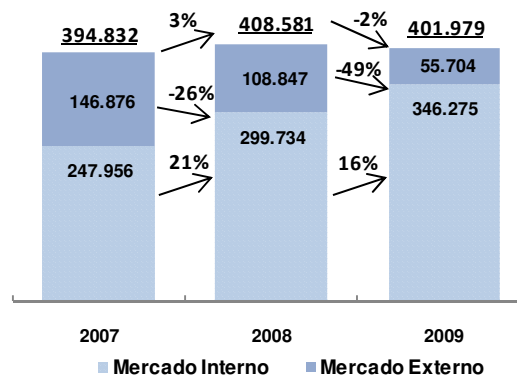


## DESEMPENHO COMERCIAL

### Volume de Vendas ( mil m<sup>2</sup> )



### Receita Operacional Líquida

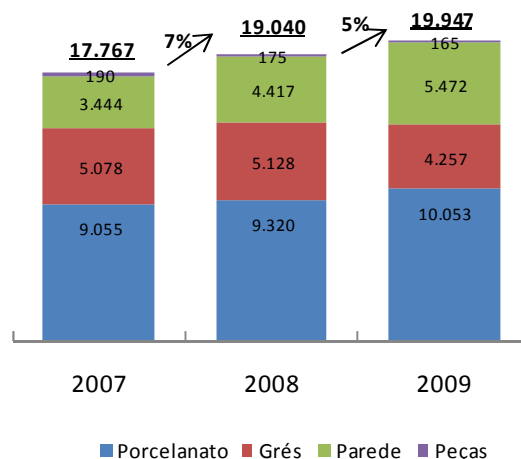


O volume de vendas reduziu 5%, entretanto houve aumento de 12% nas vendas no mercado interno. A receita líquida diminuiu 2% pela queda acentuada nas vendas da subsidiária no EUA.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

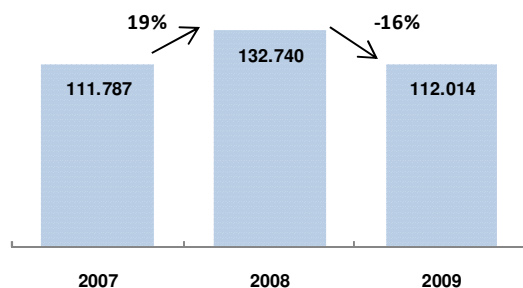
A produção de revestimento cerâmico cresceu 5% em 2009 influenciada principalmente pelos investimentos realizados no parque fabril, no final do exercício de 2008 e durante 2009.

### Produção (mil m<sup>2</sup>)



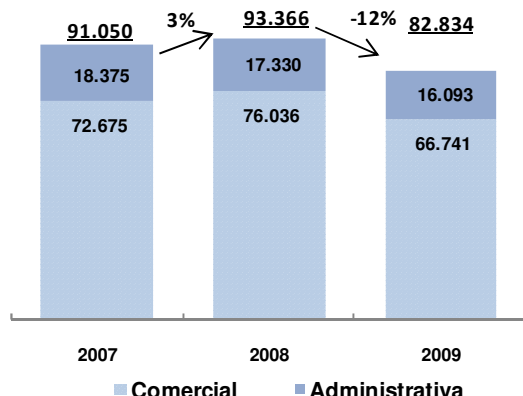
DESEMPENHO OPERACIONAL	Acumulado	
	2008	2009
Receita Operacional Bruta	517.466	506.957
Mercado Interno	409.276	449.825
Mercado Externo	108.190	57.132
(-) Deduções da Receita Bruta	(108.885)	(104.978)
(=) Receita Operacional Líquida	408.581	401.979
Mercado Interno	299.734	346.275
Mercado Externo	108.847	55.704
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(275.841)	(289.965)
(=) Lucro Bruto	132.740	112.014
<b>Margem Bruta %</b>	<b>32%</b>	<b>28%</b>

### Lucro Operacional Bruto



O lucro bruto unitário reduziu em 2009, principalmente pelo aumento do custo em função de problemas operacionais ocorridos na fábrica iniciados a partir da falta de gás ocorrida em dezembro de 2008, já solucionado no segundo trimestre de 2009.

## Despesas Administrativas e Comercias



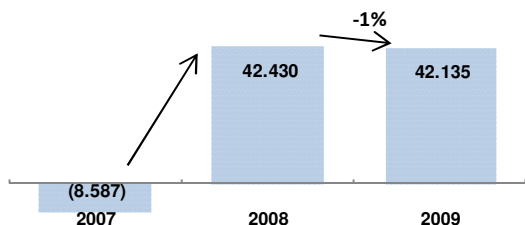
**Despesas Comerciais** – A redução de 12% nas despesas comerciais deve-se principalmente à reestruturação e adequação da área comercial na subsidiária Portobello America e redução das despesas com exportação.

**Despesas Administrativas** – As despesas administrativas reduziram 7% como resultado de racionalização de gastos.

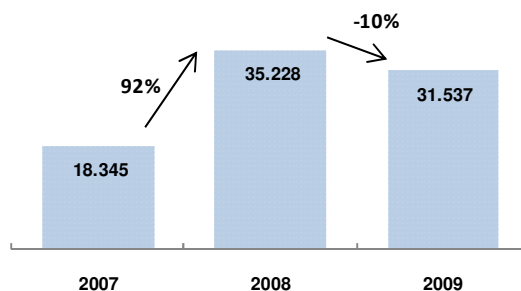
EBIT	Acumulado		
	2007	2008	2009
Lucro Bruto	111.787	132.740	112.014
Despesas de Vendas	(72.675)	(76.036)	(66.741)
Despesas Gerais e Administrativas	(18.375)	(17.330)	(16.093)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(29.324)	3.056	12.955
(=) EBIT	(8.587)	42.430	42.135
Outras Receitas não recorrentes	26.932	(7.202)	(10.598)
(=) EBIT AJUSTADO	18.345	35.228	31.537
<b>% da receita líquida</b>	<b>5%</b>	<b>9%</b>	<b>8%</b>

\* **EBIT Ajustado:** Consiste no ajuste dos lançamentos não recorrentes efetuados no período. Em 2009 as receitas não recorrentes referem-se á créditos tributários, provisão para contingências cíveis e trabalhistas, reconhecimento de ativo contingente, e parcelamento da Lei 11.941 e MP 470. O EBIT Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

## EBIT



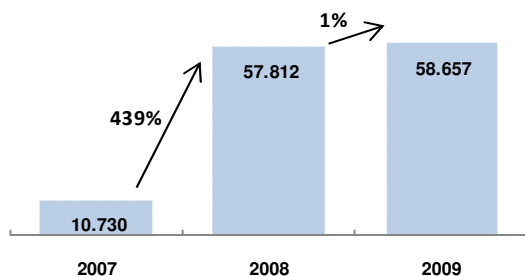
## EBIT Ajustado



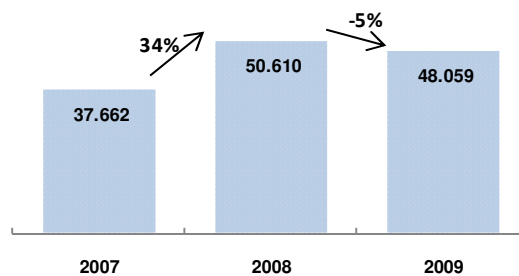
EBITDA	Acumulado		
	2007	2008	2009
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(39.408)	(9.352)	16.570
Resultado Financeiro Líquido	18.454	40.227	21.148
Depreciação, amortização e exaustão	19.317	15.382	16.522
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.456	11.548	4.411
Participação minoritária	(89)	7	6
Resultado não operacional	-	-	-
(=) EBITDA	10.730	57.812	58.657
Outras Receitas não recorrentes	26.932	(7.202)	(10.598)
(=) EBITDA AJUSTADO	37.662	50.610	48.059
<b>% da receita líquida</b>	<b>10%</b>	<b>12%</b>	<b>12%</b>

\* **EBITDA AJUSTADO:** Consiste no resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações e amortizações e exclui os efeitos não recorrentes, não vinculados ao ciclo de negócios da Companhia. Em 2009 as receitas não recorrentes referem-se créditos tributários, provisão para contingências cíveis e trabalhistas, reconhecimento de ativo contingente, e parcelamento da Lei 11.941 e MP 470 O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária ou dos níveis de depreciação e amortização.

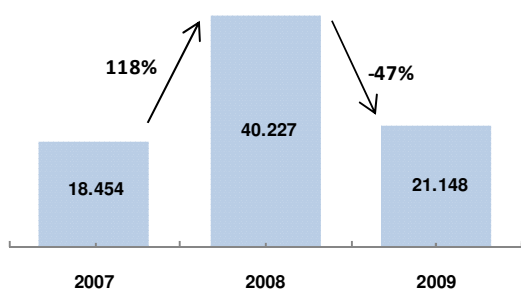
## EBITDA



## EBITDA Ajustado



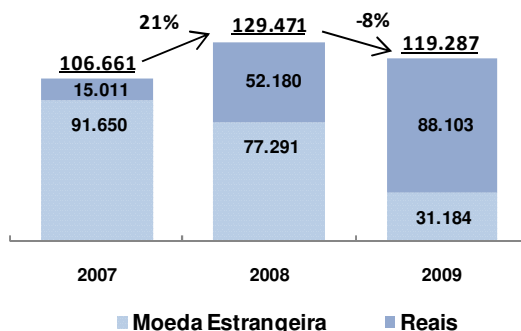
## Despesas Financeiras Líquidas



A redução das despesas financeiras deve-se à variação cambial, à redução de encargos e juros no parcelamento de impostos e à redução do saldo de empréstimos e financiamentos.



## Endividamento Bancário



## Acumulado

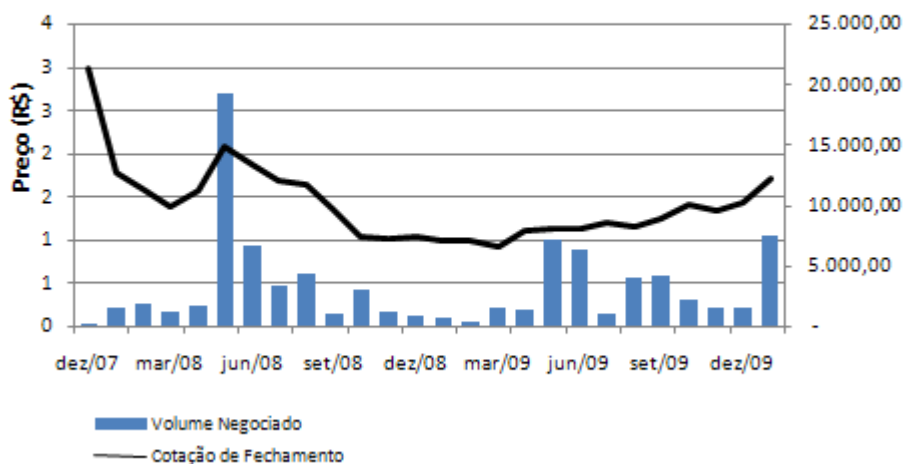
INDICADORES FINANCEIROS	Acumulado		
	2007	2008	2009
Receita Líquida	394.832	408.581	401.979
Lucro Bruto	111.787	132.740	112.014
EBITDA Ajustado	37.662	50.610	48.059
EBIT Ajustado	18.345	35.228	31.537
Lucro Líquido	(39.408)	(9.352)	16.570
Margem Bruta	28%	32%	28%
Margem EBITDA	10%	12%	12%
Margem Líquida	-10%	-2%	4%

## DESEMPENHO DAS AÇÕES

A cotação das ações da PORTOBELLO passou de R\$ 1,03 em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 1,72 em 31 de janeiro de 2010, com crescimento de 67%. O volume negociado aumentou de R\$ 903 mil para R\$ 7.464 mil.



### Preço (R\$) x Volume (R\$ Mil)



## RECURSOS HUMANOS

O quadro de pessoal consolidado ao final do exercício era constituído de 1.883 profissionais, sendo 1.762 próprios, 107 terceiros, 14 estagiários.

## PERSPECTIVAS

As perspectivas para o mercado brasileiro de material de construção civil em 2010 são excelentes, tendo a ABRAMAT projetado crescimento de mais de 15% nas vendas em relação ao ano anterior. Consoante com este cenário positivo, a Companhia estará ampliando em cerca de 16% sua capacidade de produção com a instalação, ainda no primeiro trimestre de 2010, de mais uma linha de produção de revestimentos cerâmicos.

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM 381 de 14/01/2003, a empresa informa que a auditoria independente é realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a qual não presta qualquer outro tipo de serviço para a empresa ou suas subsidiárias.

### Os integrantes da Administração da Companhia são:

#### Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
Mario A. F. Baptista	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

#### Conselho de Administração

Nome	Cargo	Observação
Cesar Bastos Gomes	Presidente	
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente	Diretor Presidente
Plínio Villares Musetti	Conselheiro	
Mario Jose Gonzaga Petrelli	Conselheiro	Independente
Glauco José Corte	Conselheiro	Independente
Mailson Ferreira da Nóbrega	Conselheiro	Independente
Rami Naun Goldfajn	Conselheiro	Independente
Cláudio Ávila da Silva	Conselheiro	Diretor Vice-Presidente
Francisco Amaury Olsen	Conselheiro	Independente

**Portobello S.A. e  
suas controladas**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2009 e de 2008  
e parecer dos auditores independentes

## Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas  
Portobello S.A.  
Tijucas - SC

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Portobello S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Portobello S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Portobello S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portobello S.A. e da Portobello S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos nessas datas da Portobello S.A., bem como o resultado consolidado das operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados consolidados desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Joinville, 23 de fevereiro de 2010

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Carlos Alexandre Peres  
Contador CRC 1SP198156/O-7 "S" SC

## Portobello S.A e empresas controladas

### Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		7.014	6.446	8.618	9.017	Fornecedores		65.999	70.812	68.033	72.178
Contas a receber de clientes	4	64.679	67.007	68.546	74.224	Empréstimos e financiamentos	15	90.411	91.553	90.428	93.144
Títulos e valores mobiliários	5	4.279	6.790	4.279	6.790	Parcelamento de obrigações tributárias	16	21.434	9.303	22.179	9.761
Estoques	6	68.224	57.696	71.037	64.300	Impostos, taxas e contribuições	17	1.531	9.716	1.955	10.005
Adiantamento a fornecedores		2.120	2.322	2.121	2.365	Dividendos a pagar		-	-	6	8
Tributos a recuperar	7	3.329	224	4.294	1.166	Provisão para contingências	19	5.539	-	5.557	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	2.839	5.313	2.839	5.313	Dívida com pessoas ligadas	20	-	2.120	-	2.120
Dividendos a receber	20	5.909	8.285	-	-	Adiantamentos de clientes		18.673	18.677	20.254	19.957
Despesas antecipadas		112	104	230	214	Obrigações sociais e trabalhistas		10.705	8.031	11.603	9.169
Outros		1.598	1.469	1.662	1.534	Outros		3.858	9.930	4.410	13.941
		<u>160.103</u>	<u>155.656</u>	<u>163.626</u>	<u>164.923</u>			<u>218.150</u>	<u>220.142</u>	<u>224.425</u>	<u>230.283</u>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	15	28.127	35.583	28.859	36.327
Créditos com controladas	20	32.787	38.757	-	-	Provisão para contingências	19	15.237	11.965	15.237	12.010
Créditos com outras pessoas ligadas	20	86.763	95.229	86.763	95.229	Dívida com pessoas ligadas	20	7.827	7.386	-	149
Depósitos judiciais		260	260	455	365	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	17.122	17.711	17.122	17.711
Imóveis destinados a venda		139	208	139	1.016	Obrigações com plano de previdência	21	3.281	3.629	3.281	3.629
Recebíveis da Eletrobrás, líquido	9	10.560	9.059	10.560	9.059	Parcelamento de obrigações tributárias	16	128.377	28.957	131.453	30.217
Ativos tributários	10	7.365	-	7.365	-	Tributos a pagar	18	-	111.957	-	112.354
Outros	11	1.173	461	1.766	1.072	Provisão para perda em investimentos	12	29.746	31.612	-	-
		<u>139.047</u>	<u>143.974</u>	<u>107.048</u>	<u>106.741</u>	Outros		<u>775</u>	<u>2.918</u>	<u>745</u>	<u>2.918</u>
								<u>230.492</u>	<u>251.718</u>	<u>196.697</u>	<u>215.315</u>
<b>Permanente</b>						<b>Participação de minoritários</b>					
Investimentos	12							-	-	8	(5)
Participação em controladas		480	480	-	-	<b>Patrimônio líquido</b>					
Outros investimentos		198	198	223	221	22		112.957	112.957	112.957	112.957
Imobilizado	13	176.146	173.948	177.172	175.403	Capital social realizado		267	267	267	267
Intangível	14	2.501	3.070	2.665	3.141	Reserva de capital		51.246	52.989	51.246	52.989
		<u>179.325</u>	<u>177.696</u>	<u>180.060</u>	<u>178.765</u>	Reserva de reavaliação	13	(1.154)	(9.352)	(1.154)	(9.352)
		<u>318.372</u>	<u>321.670</u>	<u>287.108</u>	<u>285.506</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		(133.483)	(151.395)	(133.712)	(152.025)
						Prejuízos acumulados		<u>29.833</u>	<u>5.466</u>	<u>29.604</u>	<u>4.836</u>
Total do ativo		<u>478.475</u>	<u>477.326</u>	<u>450.734</u>	<u>450.429</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>478.475</u>	<u>477.326</u>	<u>450.734</u>	<u>450.429</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Portobello S.A e empresas controladas

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receita bruta de venda		465.087	464.025	506.957	517.466
Deduções da receita bruta		(101.410)	(104.993)	(104.978)	(108.885)
Receita operacional líquida		363.677	359.032	401.979	408.581
Custo dos produtos vendidos		(283.783)	(259.156)	(289.965)	(275.841)
Lucro operacional bruto		79.894	99.876	112.014	132.740
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas		(45.108)	(45.467)	(66.741)	(76.036)
Gerais e administrativas		(11.599)	(13.225)	(16.093)	(17.330)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(423)	(9.453)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	15.872	4.812	12.955	3.056
		<u>(41.258)</u>	<u>(63.333)</u>	<u>(69.879)</u>	<u>(90.310)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		38.636	36.543	42.135	42.430
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		2.040	1.301	2.801	2.048
Despesas financeiras		(26.587)	(32.178)	(27.914)	(33.662)
Variação cambial e monetária líquida		3.965	(8.613)	3.965	(8.613)
		<u>(20.582)</u>	<u>(39.490)</u>	<u>(21.148)</u>	<u>(40.227)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		18.054	(2.947)	20.987	2.203
Imposto de renda e contribuição social	8c				
Corrente		-	(6.154)	(2.873)	(10.684)
Diferido		(1.885)	376	(1.538)	(864)
		<u>(1.885)</u>	<u>(5.778)</u>	<u>(4.411)</u>	<u>(11.548)</u>
Lucro (prejuízo) antes da participação de minoritários		16.169	(8.725)	16.576	(9.345)
Participação de minoritários		-	-	(6)	(7)
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>16.169</u>	<u>(8.725)</u>	<u>16.570</u>	<u>(9.352)</u>
Quantidade por lote de mil ações em circulação na data do balanço		<u>159.009</u>	<u>159.009</u>	<u>159.009</u>	<u>159.009</u>
Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações - R\$		<u>101,69</u>	<u>(54,87)</u>	<u>104,21</u>	<u>(58,81)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Portobello S.A e empresas controladas

### Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007		112.957	267	54.584	(144.265)	-	23.543
Realização da reserva de reavaliação	13	-	-	(1.595)	1.595	-	-
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	(9.352)	(9.352)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.725)	-	(8.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2008		112.957	267	52.989	(151.395)	(9.352)	5.466
Realização da reserva de reavaliação	13	-	-	(1.743)	1.743	-	-
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	8.198	8.198
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.169	-	16.169
Saldo em 31 de dezembro de 2009		112.957	267	51.246	(133.483)	(1.154)	29.833

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Portobello S.A e empresas controladas

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Caixa líquido das atividades operacionais		32.531	(678)	31.201	(4.181)
Caixa gerado nas operações		41.715	14.776	41.889	14.343
Lucro/prejuízo do exercício antes dos tributos		18.054	(2.947)	20.987	2.203
Ajustes		23.491	15.954	19.950	7.739
Depreciação e amortização	13 e 14	15.965	14.777	16.522	15.382
Equivalência patrimonial		423	9.453	-	-
Encargos financeiros e variação cambial		(992)	(11.851)	(3.226)	(12.046)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8b	1.885	(376)	1.538	(864)
Participação dos colaboradores		-	1.300	-	1.420
Provisão de estoque a valor de mercado		3.112	1.408	3.112	1.408
Provisão para devedores duvidosos		510	(113)	(650)	654
Custo residual de imobilizado baixado		1.675	1.356	1.735	1.778
Participação de acionistas minoritários		-	-	6	7
Outras provisões		913	-	913	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		170	1.769	952	4.401
Variações nos ativos e passivos		(9.184)	(15.454)	(10.688)	(18.524)
(Aumento)/redução do contas a receber		8.808	6.372	3.283	(35.602)
(Aumento)/redução do estoque		(7.416)	1.509	(5.387)	11.309
(Aumento)/redução de outros ativos		1.847	(9.273)	(537)	(1.557)
(Aumento)/redução de ativos não circulantes		1.431	(51.511)	821	(12.988)
Aumento/(redução) do contas a pagar		(4.813)	10.773	5.795	10.715
Aumento/(redução) de parcelamentos		111.551	628	111.481	1.912
Aumento/(redução) de obrigações fiscais		(120.731)	1.632	(120.993)	(3.424)
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas		2.674	401	2.512	322
Aumento/(redução) de outras contas a pagar		(2.535)	24.015	(7.663)	10.789
Caixa líquido das atividades de investimento		(19.273)	(31.421)	(19.554)	(31.761)
Aquisição do ativo imobilizado		(18.162)	(37.982)	(18.346)	(38.322)
Aquisição do ativo intangível		(1.111)	-	(1.208)	-
Recebíveis da Eletrobrás		-	6.561	-	6.561
Caixa líquido das atividades de financiamento		(12.690)	37.265	(12.046)	42.597
Captação de empréstimos e financiamentos		249.406	212.710	261.997	275.958
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(239.608)	(175.339)	(271.774)	(233.255)
Pagamento a empresas ligadas		(22.488)	(106)	(2.269)	(106)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		568	5.166	(601)	6.892
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		6.446	1.280	9.017	2.362
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		7.014	6.446	8.416	9.254
Efeitos da oscilação de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(202)	237
Caixa e equivalentes de caixa ajustados conforme a Demonstração do Fluxo de Caixa		7.014	6.446	8.618	9.017

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Portobello S.A e empresas controladas

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receitas		474.552	478.735	512.639	553.221
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		475.062	478.622	511.922	553.641
Outras receitas		-	-	67	234
Reversão (constituição) de provisão para crédito liquidação duvidosa		(510)	113	650	(654)
Insumos adquiridos de terceiros		(257.390)	(257.783)	(273.030)	(305.338)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(196.631)	(188.349)	(197.124)	(216.456)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(60.851)	(69.536)	(75.998)	(88.985)
Perda/recuperação de valores ativos		92	102	92	103
Valor adicionado bruto		217.162	220.952	239.609	247.883
Retenções		(15.965)	(14.777)	(16.522)	(15.382)
Depreciação e amortização	13 e 14	(15.965)	(14.777)	(16.522)	(15.382)
Valor adicionado líquido produzido		201.197	206.175	223.087	232.501
Valor adicionado recebido em transferência		37.551	41.621	32.832	43.544
Resultado de equivalência patrimonial		(423)	(9.453)	-	-
Receitas financeiras		32.065	42.789	32.826	43.536
Outros		5.909	8.285	6	8
Valor adicionado total a distribuir		238.748	247.796	255.919	276.045
Distribuição do valor adicionado		238.748	247.796	255.919	276.045
Pessoal		71.034	69.322	79.761	82.905
Remuneração direta		62.500	59.513	70.558	72.457
Benefícios		5.017	5.956	5.426	6.382
FGTS		3.517	3.853	3.777	4.066
Impostos, taxas e contribuições		94.833	101.416	100.184	108.233
Federais		44.530	56.143	49.099	61.686
Estaduais		50.260	45.198	51.027	46.457
Municipais		43	75	58	90
Remuneração de capitais de terceiros		56.712	85.783	59.404	94.259
Juros		52.647	82.279	53.959	84.197
Aluguéis		4.065	3.504	5.445	10.062
Remuneração de capitais próprios		16.169	(8.725)	16.570	(9.352)
Lucros retidos		16.169	(8.725)	16.570	(9.352)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

### (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portobello S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) produz e comercializa revestimentos cerâmicos destinados ao revestimento de paredes internas (azulejos), mosaicos, fachadas externas, pisos, porcelanato técnico, porcelanato esmaltado, peças decoradas, peças especiais e serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem por objetivo deter participação societária em outras sociedades controladas. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia detém participação nas seguintes empresas controladas:

- (a) Portobello América, Inc. - Realiza distribuição e venda dos produtos Portobello no mercado norte-americano. Está localizada em Pompano Beach, Flórida, e conta com 12 colaboradores.
- (b) Mineração Portobello Ltda. - Responde pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima que a Portobello S.A. utiliza na produção de revestimentos cerâmicos. Possui jazidas em diversos municípios nos Estados de Santa Catarina e Paraná.
- (c) PBTech Ltda. - Situada em Tijucas/SC, foi constituída com o objetivo de oferecer aos clientes do canal engenharia (empresas de construção civil) atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços. Durante o exercício de 2009, a PBTech Ltda. permaneceu com suas operações interrompidas.
- (d) Portobello Shop S.A. - Empresa administradora da rede de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello especializadas em revestimentos cerâmicos e conta com 104 lojas.

Em 31 de dezembro de 2009, a Portobello S.A. apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 58.047 (2008 - R\$ 64.486) e no consolidado R\$ 60.799 (2008 - R\$ 65.360). Os planos da Administração para reverter esta situação estão baseados nas seguintes iniciativas:

- Reestruturação da dívida visando o alongamento do perfil do endividamento, obtenção de carência para amortização e redução do custo financeiro de captação.
- Implantação de medidas para o equacionamento operacional e financeiro, objetivando melhorar as margens de lucratividade, tais como: redução de custos, substituição de equipamentos por outros de maior produtividade, lançamento de produtos inovadores.

Conforme descrito na nota explicativa 16, no último trimestre de 2009, a Companhia completou uma etapa importante do processo de alongamento do perfil da dívida através da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Como parte dos planos da administração para melhorar seus resultados operacionais e a deficiência de capital circulante líquido negativo, a Companhia implementou as seguintes ações que já estão apresentando resultados satisfatórios:

- Redução do portfólio com vistas a maior produtividade;
- Redução de vendas no mercado externo onde tem menor rentabilidade;
- Terceirização da produção de produtos de menor margem;
- Obtenção de incentivo fiscal – PRODEC.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas, e são apresentadas, considerando a continuidade normal das operações da Companhia e de suas controladas.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### Apresentação das Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado)

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23/02/2010 (vinte e três de fevereiro de dois mil e dez).

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na nota explicativa 3.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Os saldos de ativo, passivo, receitas, custos e despesas decorrentes de operações entre a Companhia e suas empresas controladas foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Também foram eliminados os saldos de investimentos mantidos pela Companhia e destacada a participação dos acionistas minoritários.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras das seguintes empresas controladas:

	%	
	2009	2008
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

Quando aplicável, as práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são ajustadas para refletir as mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Resultado		Patrimônio Líquido	
	2009	2008	2009	2008
Controladora	16.169	(8.725)	29.833	5.466
Lucro não realizado nos estoques	(229)	(630)	(229)	(630)
Reversão do lucro não realizado	630	3	-	-
Consolidado	16.570	(9.352)	29.604	4.836

### 3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### (b) Instrumentos financeiros

##### Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação), mantidos até o vencimento e os recebíveis, uma vez que não existem ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

##### Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Títulos e valores mobiliários)

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

##### Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço

---

(estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e de partes relacionadas e demais contas a receber.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Companhia não ajusta as contas a receber ao seu valor presente por serem os prazos de vencimento destas de curto prazo e compatíveis com o seu ciclo operacional.

### Adiantamentos de contratos de câmbio e sobre cambiais de exportação

São demonstrados pelo valor de custo, acrescidos da variação cambial e juros calculados até as datas dos balanços. Os adiantamentos correspondem a operações de vendas a prazo já efetuadas e estão sendo apresentados deduzidos de contas a receber.

### Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

#### (c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

#### (d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

#### (e) Depósitos judiciais

Os depósitos não são atualizados monetariamente e estão apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

## (f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

## (g) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa 13, às quais são anualmente revisadas. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no exigível a longo prazo.

Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

## (h) Intangível

Refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação, deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear correspondente ao prazo estimado de recuperação.

## (i) Arrendamento financeiro

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica Empréstimos e Financiamentos, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 13.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com

---

arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

(j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados pelo valor líquido de realização, incluídos quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

(k) Participação nos resultados e bônus

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia e registrado no passivo circulante sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras Despesas Operacionais".

(l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(m) Demais passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base "pró-rata dia".

(n) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

(o) Plano de previdência privada

Encontram-se reconhecidos pelo regime de competência de exercícios e foram computados conforme descrito na nota explicativa 21.

(p) Transações com empresas ligadas e partes relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 20.

(q) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## (r) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como Ajuste Acumulado de Conversão no patrimônio líquido sob a rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Foram publicadas normas e interpretações, através do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. Essas normas poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

## (a) Pronunciamentos

- CPC 16 – Estoques.
- CPC 20 - Custos de empréstimos.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros.
- CPC 24 - Eventos subseqüentes.
- CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes.
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.
- CPC 27 - Ativo imobilizado.
- CPC 30 – Receitas.
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro.
- CPC 33 - Benefícios a empregados.
- CPC 34 - Exploração e avaliação de recursos minerais.
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas.
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação.
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação.



## (b) Interpretações

- ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.
- ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28.
- ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares.

## 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - Mercado interno (MI)	56.552	51.821	62.290	54.480
Clientes - Mercado externo (ME)	10.693	20.398	11.325	28.661
	<b>67.245</b>	<b>72.219</b>	<b>73.615</b>	<b>83.141</b>
Contas a receber de controladas:				
PBTech Ltda. (MI)	2.285	2.327	-	-
	<b>2.285</b>	<b>2.327</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para devedores duvidosos	(2.408)	(1.898)	(2.626)	(3.276)
Duplicatas descontadas	(5)	(1.112)	(5)	(1.112)
Adiantamento sobre cambiais de exportação	(2.438)	(4.529)	(2.438)	(4.529)
	<b>(4.851)</b>	<b>(7.539)</b>	<b>(5.069)</b>	<b>(8.917)</b>
Total de contas a receber	<b>64.679</b>	<b>67.007</b>	<b>68.546</b>	<b>74.224</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o saldo a receber da controlada Portobello América Inc., foi reclassificado para o ativo não circulante sob a rubrica Créditos com Controladas.

A composição das contas a receber de terceiros por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
A vencer	59.567	63.718	65.681	70.969
Vencidos até 30 dias	2.548	3.635	2.411	4.347
Vencidos de 31 a 60 dias	283	966	346	1.384
Vencidos de 61 a 90 dias	251	606	251	929
Vencidos de 91 a 180 dias	450	346	869	2.570
Vencidos de 181 a 360 dias	1.420	429	1.276	433
Vencidos há mais de 360 dias	2.726	2.519	2.781	2.509
Total contas a receber	<b>67.245</b>	<b>72.219</b>	<b>73.615</b>	<b>83.141</b>

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os ativos financeiros existentes na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2009, classificados como Mantidos até o vencimento são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Conta vinculada (a)	3.650	6.790
Aplicações financeiras (b)	629	-
	<b>4.279</b>	<b>6.790</b>

(a) Conta corrente vinculada à operação de pré-pagamento, sem remuneração, sujeita a variação do Dólar e vencimento em 29 de março de 2010.

(b) Aplicações financeiras dadas em garantia a empréstimos financeiros, remuneradas pela variação de 98,00% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e vencimento em 25 de agosto de 2010.

## 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produtos acabados	61.101	46.492	64.262	54.697
Produtos em processo	6.967	7.379	6.967	7.379
Matérias-primas e materiais de consumo	8.270	6.927	8.270	6.927
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(8.114)	(3.102)	(8.462)	(4.703)
Total	<b>68.224</b>	<b>57.696</b>	<b>71.037</b>	<b>64.300</b>

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
ICMS	38	-	75	126
IPI (a)	706	-	706	-
IRRF	94	109	464	478
IRPJ	125	-	294	154
CSLL	96	52	176	126
PIS	19	9	178	211
COFINS	87	40	87	40
Crédito de PIS/COFINS (b)	2.138	-	2.138	-
Outros	26	14	176	31
Total	<b>3.329</b>	<b>224</b>	<b>4.294</b>	<b>1.166</b>

(a) Os percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A., foram reduzidos até 30/06/2010 conforme Decreto 7.032 de 14/12/2009, originando créditos que poderão ser compensados futuramente.

(b) A Companhia reconheceu durante o exercício de 2009 crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de peças de reposição e manutenção de máquinas e equipamentos, do período de janeiro de 2006 a junho de 2009 no montante de R\$ 6.703. Esses créditos são resultado do trabalho de revisão da apuração destes tributos federais e são sustentados por parecer de advogados independentes. A utilização do saldo de R\$ 2.138 deve ocorrer dentro do exercício de 2010 (vide nota explicativa 23).

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Base para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Prejuízo fiscal	41.442	23.272	41.442	23.272
Diferenças temporárias	(6.648)	24.544	(6.648)	24.544
Realização da reserva de reavaliação	15.107	24.544	15.107	24.544
Provisão para contingências	14.188	-	14.188	-
Base de calculo do PIS reduzida pelo expurgo de ICMS	1.489	-	1.489	-
Base de calculo da COFINS reduzida pelo expurgo de ICMS	6.860	-	6.860	-
Portobello previdência	3.281	-	3.281	-
Outras diferenças temporárias	1.837	-	1.837	-
Variação cambial pelo regime de caixa	(21.027)	-	(21.027)	-
Ajuste na depreciação de máquinas e equipamentos	(8.283)	-	(8.283)	-
Provisão sobre aplicação financeira	(6.185)	-	(6.185)	-
Provisão para ajuste a valor de mercado	(10.974)	-	(10.974)	-
Provisão para devedores duvidosos	(2.408)	-	(2.408)	-
Ajuste a valor presente - ICMS PRODEC	(533)	-	(533)	-
	<b>34.794</b>	<b>47.816</b>	<b>34.794</b>	<b>47.816</b>

(b) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2009 e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre prejuízos fiscais	10.360	5.818	10.360	5.818
Sobre provisões temporariamente não dedutíveis	(1.662)	6.136	(1.662)	6.136
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(6.611)	(8.139)	(6.611)	(8.139)
	<b>2.087</b>	<b>3.815</b>	<b>2.087</b>	<b>3.815</b>
Contribuição social diferida ativa				
Sobre base negativa	3.730	2.149	3.730	2.149
Sobre provisões temporariamente não dedutíveis	(599)	2.107	(599)	2.107
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(2.379)	(2.758)	(2.379)	(2.758)
	<b>752</b>	<b>1.498</b>	<b>752</b>	<b>1.498</b>
Total	<b>2.839</b>	<b>5.313</b>	<b>2.839</b>	<b>5.313</b>

Durante o ano de 2009 o prejuízo fiscal acumulado de exercícios anteriores, no montante de R\$ 49.336, foi registrado contabilmente e utilizado para a compensação de débitos incluídos no programa de recuperação fiscal instituído pela MP 470 (conforme nota explicativa 16).

Em 31 de Dezembro de 2009 a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais de 2009, no valor de R\$ 11.829. Atendendo aos critérios de reconhecimento da Instrução CVM 371 e, baseado na análise do orçamento de 2010 aprovado pelo conselho de Administração, a Companhia registrou R\$ 8.990 (R\$ 6.611 de imposto de renda e R\$ 2.379 de contribuição social) a título de provisão para ajuste ao valor recuperável.

A expectativa de realização do valor de R\$ 2.839 é para o exercício de 2010.

(c) Composição dos tributos registrados no resultado:

	Acumulado de 2009 e 2008			
	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisão para imposto de renda - corrente	-	(4.518)	(2.106)	(7.954)
Constituição para IR diferido	16.308	-	16.308	-
Realização do IR diferido sobre realização da reserva de reavaliação	434	396	434	396
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(18.127)	(120)	(17.868)	(1.360)
	<b>(1.385)</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(3.232)</b>	<b>(8.918)</b>
<b>Contribuição Social</b>				
Provisão para contribuição social - corrente	-	(1.636)	(767)	(2.730)
Constituição para CS diferida	5.871	-	5.871	-
Realização da CSLL diferida sobre realização da reserva de reavaliação	156	145	156	145
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(6.527)	(45)	(6.439)	(45)
	<b>(500)</b>	<b>(1.536)</b>	<b>(1.179)</b>	<b>(2.630)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.885)</b>	<b>(5.778)</b>	<b>(4.411)</b>	<b>(11.548)</b>

(d) Reconciliação da alíquota efetiva dos tributos:

	Acumulado de 2009 e 2008			
	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	18.054	(2.947)	20.987	2.203
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário à alíquota básica	(6.138)	1.002	(7.136)	(749)
Efeito tributário de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(144)	(3.214)	-	-
Adições referente parcelamentos - Lei 11.941 e MP 470	(5.054)	-	(5.054)	-
Outras despesas não dedutíveis	(253)	(111)	(382)	(306)
Depreciação de ativos reavaliados	(593)	(544)	(593)	(544)
Créditos (débitos) tributários não registrados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores	12.182	(3.287)	10.292	(9.085)
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(1.885)	376	(1.538)	(864)
<b>Valor lançado ao resultado</b>	<b>(1.885)</b>	<b>(5.778)</b>	<b>(4.411)</b>	<b>(11.548)</b>

(e) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 referente aos exercícios de 2009 e 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

## 9. RECEBÍVEIS DA ELETROBRAS, LÍQUIDO

A Companhia pagou entre os anos de 1977 a 1993, através das faturas de energia elétrica, o empréstimo compulsório criado através da Lei 4.156/62 com o propósito de financiar a expansão do setor elétrico Brasileiro.

Visando o ressarcimento deste empréstimo compulsório, a Companhia moveu Ação Declaratória Cumulada com Condenatória contra a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, a qual foi julgada procedente, tendo a decisão transitada em julgado em 16 de dezembro de 2005.

Após o trânsito em julgado, a Companhia promoveu em fevereiro de 2006 a Ação de Execução cujo processo já foi embargado pela ELETROBRAS e União Federal. A ELETROBRAS, por ocasião de sua manifestação, reconheceu como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01/03/2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, importância levantada pela Companhia em 01/04/2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da ELETROBRAS, avaliadas em R\$ 1.322 (março de 2008). As referidas ações, pela cotação do IBOVESA em 30 de junho de 2008, estavam avaliadas em R\$ 1.594 e foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

O Juiz da 2ª Vara Federal de Florianópolis, após as apresentações das manifestações das partes, determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor devido à Companhia, observados os limites e contornos da decisão transitada em julgado. O núcleo de contabilidade apurou o valor de R\$ 12.064, em 01/02/2006, como sendo a importância devida pelo ressarcimento do empréstimo compulsório, observados os acréscimos legais.

A Companhia atualizou o valor apurado pela perícia judicial, observando a mesma metodologia e promovendo a dedução da parcela reconhecida como incontroversa e já recebida, o que importa no saldo remanescente de R\$ 13.859, R\$ 10.560 líquido da provisão de IR e CSLL, (2008 - R\$ 9.059 líquido de IR e CS), o qual está registrado como um recebível no ativo não circulante e é atualizado mensalmente pelo INPC acrescido de 12% a.a.

Em que pese a caracterização de ativo contingente, a Companhia continua postulando em Juízo o reconhecimento adicional de R\$ 3.800, fundados em erro material da contabilidade da Justiça Federal de Florianópolis, que deixou de aplicar corretamente os juros incidentes sobre os créditos já declarados em favor da Companhia. A contabilidade olvidou que o novo código civil estabeleceu novo disciplinamento na apuração dos juros legais (art. 406) o que fundamenta a postulação da diferença.

## 10. ATIVOS TRIBUTÁRIOS

(a) A Companhia figura em vários processos judiciais em que postula o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01/04/81 a 30/04/85, já tendo transitado em julgado favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença, com os valores já apurados pela contabilidade da Justiça Federal (TRF da 1ª Região). Desta forma, a Companhia

reconheceu, em Novembro de 2009, o valor incontroverso de R\$ 9.602 (R\$ 7.365 líquido da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social).

- (b) Os processos nº 1998.34.00.029022-4 e nº 1984.00.020114-0 também encontram-se com sentença definitiva de mérito, em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela justiça federal, de sorte que ainda não podem ser reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente (vide nota explicativa 16).

Por fim, há o processo nº RE 594816, que encontra-se no Supremo Tribunal Federal para pronunciamento definitivo de mérito.

## 11. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Títulos e valores mobiliários (a)	6.186	6.186	6.186	6.186
Provisão para perda	(6.186)	(6.186)	(6.186)	(6.186)
Depósitos em garantia	-	-	593	611
ICMS sobre ativo imobilizado	293	254	293	254
Operações com Banco Santos (a)	1.041	1.041	1.041	1.041
(-) ACE Longo Prazo	(1.041)	(1.041)	(1.041)	(1.041)
Valores a receber - SIMAB (b)	4.535	4.535	4.535	4.535
(-) Provisão para perda	(4.535)	(4.535)	(4.535)	(4.535)
Tributos e taxas municipais (c)	207	207	207	207
Contas a receber de clientes	673	-	673	-
<b>Total</b>	<b>1.173</b>	<b>461</b>	<b>1.766</b>	<b>1.072</b>

- (a) A Companhia registrou provisão para perdas para a totalidade dos títulos e valores mobiliários relativos a operações com o Banco Santos, instituição financeira que teve sua falência decretada em 2005. A Companhia firmou com o Banco Santos S.A. três contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC, no valor total de US\$ 2.200 mil. Desse total, restam em aberto R\$ 1.041 que foram embarcados (performado – ACE) e estão classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo, conta redutora de valores a receber de clientes relativo a essa mesma operação e contabilizados neste mesmo grupo. Na mesma oportunidade, em face de exigência de reciprocidade, a Companhia adquiriu debêntures de empresas do mesmo grupo econômico do Banco (SANTOSPAR Investimentos e Participações S.A. e SANVEST Participações S.A.), no valor de R\$ 5.577 (R\$ 6.186 na data da falência). A partir da intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos, várias ações foram realizadas para salvaguardar os interesses da Companhia. Dado o insucesso na esfera administrativa, a Companhia ajuizou ação declaratória com o propósito de compensar os débitos (contratos ACC), cujo saldo importa no valor de R\$ 3.454, com os créditos (Debêntures), no valor de R\$ 5.577. O Juiz de Direito da Vara Cível de Tijucas deferiu tutela antecipada, suspendendo a eficácia do Contrato do ACC 9398, datado de 20.10.04.
- (b) A Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2007 em seu balanço o montante de contas a receber de longo prazo no valor de R\$ 4.535 referente ao contrato de cessão de créditos tributários (crédito prêmio de Impostos sobre Produto Industrializado – IPI) celebrado com a SIMAB S.A. Na mesma data, a Companhia constituiu provisão para perda no mesmo valor do ativo.
- (c) Em março de 2008 a Companhia solicitou pedido de ressarcimento de tributos municipais junto a Prefeitura Municipal de Tijucas, no montante de R\$ 207, conforme Decreto Municipal 078/2001. Até

31 de dezembro de 2009 não houve manifestação a respeito. Esses créditos não estão sendo objeto de atualização monetária.

## 12. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	Investimentos com passivo a descoberto				Investimentos
	Portobello América, Inc.	PBTech Ltda.	Mineração Portobello	Provisão para perda em investimentos	Portobello Shop S.A.
Capital social integralizado	16.280	3.337	167		400
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2009	(27.026)	(2.342)	(378)		480
Resultado do exercício em 31 de dezembro de 2009	(5.947)	(307)	(78)		5.915
Participação no capital em %	100,00%	99,94%	99,76%		99,90%
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(4.106)	(1.560)	(227)	(5.893)	4.619
Resultado da equivalência patrimonial	(15.819)	(475)	(73)	(16.367)	6.914
Ajustes acumulados de conversão	(9.352)	-	-	(9.352)	-
Dividendos propostos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(2.768)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(8.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(29.277)	(2.035)	(300)	(31.612)	480
Resultado da equivalência patrimonial	(5.947)	(307)	(78)	(6.332)	5.909
Ajustes acumulados de conversão	8.198	-	-	8.198	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(5.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(27.026)	(2.342)	(378)	(29.746)	480

O efeito líquido da provisão para perda em investimentos no montante de R\$ 6.332 sobre os investimentos que apresentam passivo a descoberto e da receita de equivalência patrimonial oriunda da participação na Portobello Shop S.A. de R\$ 5.909 foram registrados no resultado na rubrica Resultado de Equivalência Patrimonial.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia reconheceu R\$ 8.198 de ganhos com a conversão das demonstrações financeiras da subsidiária integral Portobello América, Inc. que foram convertidas do Dólar Norte-Americano para o Real.

## 13. IMOBILIZADO

### (a) Composição

	Taxa Média Anual de Depreciação	Controladora			Consolidado		
		2009		2008	2009	2008	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	
Terrenos		11.432	-	11.432	13.072	11.809	13.439
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	89.348	(7.707)	81.641	84.063	81.915	84.429
Máquinas e equipamentos	15%	254.295	(176.337)	77.958	71.221	78.163	71.606
Móveis e utensílios	10%	7.637	(6.645)	992	1.206	1.159	1.470
Computadores	20%	11.414	(10.818)	596	658	599	666
Outras imobilizações	20%	218	(149)	69	509	69	574
Imobilizações em andamento (*)		3.458	-	3.458	3.219	3.458	3.219
<b>Total</b>		<b>377.802</b>	<b>(201.656)</b>	<b>176.146</b>	<b>173.948</b>	<b>177.172</b>	<b>175.403</b>

## (b) Movimentação do ativo imobilizado

	2009	Controladora				2008
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor Líquido
Terrenos	11.432	-	-	-	(1.640)	13.072
Edificações, obras civis e benfeitorias	81.641	-	175	(2.577)	(20)	84.063
Máquinas e equipamentos	77.958	331	17.398	(10.992)	-	71.221
Móveis e utensílios	992	49	-	(263)	-	1.206
Computadores	596	369	-	(431)	-	658
Outras imobilizações	69	46	(445)	(26)	(15)	509
Imobilizações em andamento (*)	3.458	17.367	(17.128)	-	-	3.219
<b>Total</b>	<b>176.146</b>	<b>18.162</b>	<b>-</b>	<b>(14.289)</b>	<b>(1.675)</b>	<b>173.948</b>

	2009	Consolidado				2008
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor Líquido
Terrenos	11.809	10	-	-	(1.640)	13.439
Edificações, obras civis e benfeitorias	81.915	109	175	(2.756)	(42)	84.429
Máquinas e equipamentos	78.163	385	17.398	(11.208)	(18)	71.606
Móveis e utensílios	1.159	60	-	(365)	(6)	1.470
Computadores	599	369	-	(436)	-	666
Outras imobilizações	69	46	(496)	(26)	(29)	574
Imobilizações em andamento (*)	3.458	17.367	(17.128)	-	-	3.219
<b>Total</b>	<b>177.172</b>	<b>18.346</b>	<b>(51)</b>	<b>(14.791)</b>	<b>(1.735)</b>	<b>175.403</b>

(\*) Cerca de R\$ 3,5 milhões do saldo da conta Imobilizações em andamento estão em fase de finalização, sendo que a depreciação deste montante passará a ser registrada até o segundo trimestre de 2010, quando a utilização dos ativos terá sido iniciada.

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia. A revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado aconteceu em 2008, e as mesmas taxas foram mantidas em 2009.

A AGE – Assembléia Geral Extraordinária, de 29 de dezembro de 2006, aprovou o registro da reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias, suportada em laudo de reavaliação preparado pela Bretas & Associados Engenharia e Consultoria Ltda., empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens. O registro da reavaliação no montante de R\$ 62.652, foi creditado em conta de reserva de reavaliação no montante de R\$ 43.868, líquida dos efeitos fiscais de R\$ 18.784, reconhecidos no passivo não circulante. Esse incremento foi realizado em adição ao saldo de reserva de reavaliação de ativos no montante de R\$ 13.368, relacionados com reavaliações que antecederam o exercício de 2006 e que ainda encontram-se compondo o saldo das reservas de reavaliações.



A composição dos bens reavaliados em 2006 é:

	Valores antes da Reavaliação			Reavaliação 31.12.06	
	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo em 31.12.06	Complemento de Reserva de Reavaliação	Saldo após Reavaliação
Terrenos	5.803	-	5.803	7.402	13.205
Edificações	63.047	(33.566)	29.481	47.656	77.137
Benfeitorias	8.190	(3.189)	5.001	7.594	12.595
	<u>77.040</u>	<u>(36.755)</u>	<u>40.285</u>	<u>62.652</u>	<u>102.937</u>
				(18.784)	
				<u>43.868</u>	

Portanto, considerando o complemento das reservas de reavaliações aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 51.246 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 52.989 em 31 de dezembro de 2008), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CS diferidos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 1.743 (R\$ 1.595 no mesmo período de 2008), e o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 17.122 (R\$ 17.711 em 31 de dezembro de 2008).

## 14. INTANGÍVEL

### (a) Composição

	Taxa Média Anual de Amortização	Controladora				Consolidado	
		2009		2008		2009	2008
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes		150	-	150	154	152	154
Softwares	20%	12.149	(10.798)	1.351	2.916	1.403	2.987
Direito de exploração de jazidas (*)	20%	1.000	-	1.000	-	1.030	-
Fundo de comércio		-	-	-	-	80	-
Total		<u>13.299</u>	<u>(10.798)</u>	<u>2.501</u>	<u>3.070</u>	<u>2.665</u>	<u>3.141</u>

### (b) Movimentação do intangível

	2009	Controladora				2008
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Valor Líquido
Marcas e Patentes	150	-	-	-	(4)	154
Software	1.351	111	-	(1.676)	-	2.916
Direito de exploração de jazidas (*)	1.000	1.000	-	-	-	-
Total	<u>2.501</u>	<u>1.111</u>	<u>-</u>	<u>(1.676)</u>	<u>(4)</u>	<u>3.070</u>

	2009	Consolidado				2008
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Valor Líquido
Marcas e Patentes	152	-	2	-	(4)	154
Software	1.403	128	-	(1.712)	-	2.987
Direito de exploração de jazidas (*)	1.030	1.000	49	(19)	-	-
Fundo de comércio	80	80	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.665</b>	<b>1.208</b>	<b>51</b>	<b>(1.731)</b>	<b>(4)</b>	<b>3.141</b>

(\*) O início da exploração da jazida está previsto para março de 2010, momento em que iniciará também sua amortização.

(c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2010	2011	2012	2013	2014
Software	967	167	103	41	1
Direito de exploração de jazidas	206	206	206	206	206
<b>Total</b>	<b>1.173</b>	<b>373</b>	<b>309</b>	<b>247</b>	<b>207</b>

Os itens Marcas e Patentes, Softwares em desenvolvimento e Fundo de Comércio, no montante de R\$ 356, não sofrem amortização.

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		
	2009	2008	2009	2008	
<b>Circulante</b>					
Moeda estrangeira					
Ancora	1.862	1.236	1.862	1.236	Encargos VC+7,54% a.a
Nuovafima	1.247	383	1.247	383	VC+7,66% a.a
Tecnoferrari	285	-	285	-	VC+6,00% a.a
IFC - International Finance Corporation	-	3.798	-	3.798	VC+Libor+4,625% a.a
Adiantamento de contrato de câmbio	1.779	3.834	1.779	3.834	VC+7,00% a.a
"Suppliers credit"	2.569	1.027	2.569	1.027	VC+6,25% a.a
Banco ABN (a)	5.443	29.227	5.443	29.227	VC+Libor+5,50% a.a
Banco ABC_1 (c)	877	2.384	877	2.384	VC+Libor+3,90% a.a
Banco ABC_2	438	796	438	796	VC+Libor+3,60% a.a
Banco SAFRA (b)	832	2.288	832	2.288	VC+Libor+3,75% a.a
Capital de giro nos EUA	-	-	17	1.591	VC+7,50% a.a
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>15.332</b>	<b>44.973</b>	<b>15.349</b>	<b>46.564</b>	
Moeda nacional					
FINAME/POC	16	196	16	196	TJLP+14,00% a.a
Arrendamento financeiro	205	109	205	109	2,16% a.m
Capital de giro no Brasil	74.858	46.275	74.858	46.275	19,75% a.a (Tx Média)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>75.079</b>	<b>46.580</b>	<b>75.079</b>	<b>46.580</b>	
<b>Total do circulante</b>	<b>90.411</b>	<b>91.553</b>	<b>90.428</b>	<b>93.144</b>	
<b>Não circulante</b>					
Moeda estrangeira					
Ancora	378	1.707	378	1.707	Vencimento Maio/2011 VC+7,54% a.a
Nuovafima	831	1.213	831	1.213	Nov/2011 VC+7,66% a.a
"Suppliers credit"	14.626	17.583	14.626	17.583	Mar2014 VC+6,25% a.a
Banco ABN (a)	-	7.303	-	7.303	VC+Libor+5,50% a.a
Banco ABC_1 (c)	-	1.168	-	1.168	VC+Libor+3,90% a.a
Banco ABC_2	-	584	-	584	VC+Libor+3,60% a.a
Banco SAFRA (b)	-	1.169	-	1.169	VC+Libor+3,75% a.a
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>15.835</b>	<b>30.727</b>	<b>15.835</b>	<b>30.727</b>	
Moeda nacional					
PRODEC (d)	1.735	-	1.735	-	Dez/2013 4,00% aa + UFIR
(-) Ajuste a Valor presente	(533)	-	(533)	-	
FINAME/POC	-	16	-	16	TJLP+14,00% a.a
Arrendamento financeiro	144	95	144	95	Jun/2012 2,16% a.m
Capital de giro no Brasil	10.946	4.745	11.678	5.489	Dez/2012 10,68% a.a (Tx Média)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>12.292</b>	<b>4.856</b>	<b>13.024</b>	<b>5.600</b>	
<b>Total do não circulante</b>	<b>28.127</b>	<b>35.583</b>	<b>28.859</b>	<b>36.327</b>	
<b>Total</b>	<b>118.538</b>	<b>127.136</b>	<b>119.287</b>	<b>129.471</b>	

FINAME/POC - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais/Programa de Operações Conjuntas

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

VC - Variação Cambial

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

LIBOR - London Interbank Offered Rate

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

**(a) Banco ABN Amro Bank** - Em 30 de março de 2007, foi contratada operação de pré-pagamento de exportações no valor de US\$ 25 milhões com custo de LIBOR acrescido de juros de 5,5% a.a., com prazo de amortização em 36 meses e 15 meses de carência. Este contrato possui as seguintes cláusulas restritivas:

- 1) Endividamento Total dividido pelo EBITDA  $\leq 4,5$
- 2) Geração de caixa operacional nos últimos 12 meses dividido pela despesa financeira nos últimos 12 meses  $\geq 2,5$
- 3) Endividamento Total dividido pelo Patrimônio Líquido  $\leq 7,0$

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia não cumpriu essas cláusulas identificadas acima e não solicitou anuência do credor porque essa dívida possui vencimento em Março de 2010 e o montante necessário para sua quitação encontra-se depositado na conta corrente do agente financeiro responsável pela operação. O saldo deste financiamento está registrado no passivo circulante em conformidade com o seu prazo de vencimento.

Como garantia da operação com o ABN foram dadas:

- Duplicatas a receber no mercado interno no valor de 50% do saldo da operação;
- Estoque de produtos acabados no valor de 25% do saldo da operação;
- Depósitos de recebíveis do mercado externo em conta corrente do agente financeiro no valor de 150% da próxima parcela trimestral vincenda.
- Aval dos acionistas controladores (pessoa física).

**(b) Banco Safra S.A.** - Em maio de 2007 a Companhia contratou uma operação de pré-pagamento no valor de US\$ 3 milhões com custo de LIBOR acrescido de juros de 3,75% a.a. e prazo de 3 anos. Para este empréstimo não existem cláusulas restritivas e é garantido por fiança do diretor presidente da Companhia.

**(c) Banco ABC Brasil S.A.** - Em maio de 2007, a Companhia celebrou um contrato no valor de US\$ 3 milhões com custo de LIBOR acrescido de juros de 3,9% a.a. e prazo de 3 anos. Para este contrato não existem cláusulas restritivas e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A.

**(d) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)** - Em Julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. Este benefício oferece condições especiais para o recolhimento do ICMS gerado através do programa de expansão da fábrica do ano de 2008:

- 1) O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008)
- 2) Carência de 48 meses
- 3) Prazo de 120 meses
- 4) Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR

Por apresentar correções monetárias abaixo das praticadas pelo mercado, o saldo desse empréstimo foi sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a SELIC (em 31 de dezembro de 2009 foi de 8,65% ao ano).

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos e recebíveis, reciprocidade com aplicações financeiras, aval dos controladores e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 20.700.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
2010	-	21.054	-	21.798
2011	11.091	10.334	11.091	10.334
2012	8.945	2.358	9.677	2.358
2013	7.384	1.837	7.384	1.837
2014	707	-	707	-
	<b>28.127</b>	<b>35.583</b>	<b>28.859</b>	<b>36.327</b>

## 16. PARCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Obrigações Fiscais	Pedido de Parcelamento		2009	2008
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Set/06	-	-	2.330
	INSS	Set/06	-	-	420
	INSS	Jul/07	-	-	2.376
	INSS	Dez/09	59	12.381	-
	IPI	Set/06	-	-	20.501
	IPI	Set/06	-	-	5.286
	IPI	Dez/09	59	8.510	-
	CPMF	Mar/07	-	-	39
	PIS	Mar/09	50	501	377
	COFINS	Mar/09	50	2.306	1.735
	IRPJ	Mar/09	50	3.662	3.790
	CSLL	Mar/09	50	1.362	1.406
	LEI 11.941/09 (*)	Nov/09	180	113.430	-
	MP 470 (*)	Nov/09	10	7.659	-
<b>Total da Controladora</b>				<b>149.811</b>	<b>38.260</b>
Parcela do circulante				21.434	9.303
Parcela do não circulante				128.377	28.957
PBTech Ltda.	INSS	Set/06	-	-	75
	LEI 11.941/09 (*)	Nov/09	180	287	-
Portobello Shop S.A.	INSS	Set/06	-	-	101
	INSS	Nov/09	58	1.021	-
	PIS	Mar/09	17	4	-
	COFINS	Mar/09	50	173	18
	IRPJ	Mar/09	50	1.327	1.118
	CSLL	Mar/09	50	482	406
LEI 11.941/09 (*)	Nov/09	180	527	-	
<b>Total das Controladas</b>				<b>3.821</b>	<b>1.718</b>
<b>Total do Consolidado</b>				<b>153.632</b>	<b>39.978</b>
Parcela do circulante				22.179	9.761
Parcela do não circulante				131.453	30.217

(\*) REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

Os parcelamentos indicados acima estão sujeitos a atualização pela SELIC e estão sendo recolhidos no prazo.

Para o parcelamento da Lei 11.941/09 a Companhia espera a consolidação da Fazenda Nacional, recolhendo a parcela mínima no valor de R\$ 389.

Em Novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nr. 11.941/2009 e pela Medida Provisória nr. 470/2009.

Os benefícios utilizados foram:

(a) Lei 11.941/2009

- Reparcèlement de saldo remanescente de parcelamentos anteriores;
- Parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008;
- Redução de multas e juros sem efeito tributário na apuração do Imposto de renda e Contribuição social corrente.
- Possibilidade de pagamento em até 180 meses.

(b) MP 470 (débitos decorrentes da utilização de crédito prêmio de IPI)

- Aproveitamento de prejuízos fiscais acumulados até 31 de dezembro de 2008 para liquidar principal, multa e juros;
- Pagamento em 12 meses;
- Redução de multas e juros com efeito tributário na apuração do Imposto de renda e Contribuição social corrente.

Os principais efeitos reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram:

- (a) Reconhecimento de passivo decorrente da utilização de crédito prêmio de IPI de origem anterior a 05/10/1990, até então com exigibilidade suspensa, no valor de R\$ 126.093, na controladora e no consolidado.
- (b) Reconhecimento contábil da desistência de processos judiciais e administrativos anteriormente tratados com possibilidade de perda possível ou remota, no valor de R\$ 4.856, na controladora e R\$ 5.652 no consolidado.
- (c) Reconhecimento de créditos do Imposto de Renda e Contribuição Sociais Diferidos, no valor de R\$ 49.336 e R\$ 49.665 no consolidado.
- (d) Redução de encargos financeiros sobre tributos (multa e juros), no valor de R\$ 117.571, sendo R\$ 31.769 referente à adesão a Lei 11.941 e R\$ 85.802 referente à MP 470.

O Patrimônio Líquido da Controladora foi aumentado em R\$ 12.486 e do Consolidado em R\$ 12.569 conforme demonstrado abaixo.

	Controladora	Consolidado
Outras receitas operacionais (líquido)	2.479	2.863
Despesas financeiras	10.007	9.706
	<b>12.486</b>	<b>12.569</b>

Eventos Futuros:

- (a) A conversão em Lei da Medida Provisória 470 poderá trazer benefícios como a não tributação dos benefícios de redução de multa e juros; possibilidade de aproveitamento de prejuízos fiscais do exercício de 2009, entre outros, conforme emendas aprovadas na Câmara dos Deputados.

(b) A consolidação da Fazenda Nacional dos débitos da Lei 11.941/2009.

Resumo:

Controladora	2008	2009	Adesão ao Parcelamento				
			Débitos	Saldo	Saldo antes da Adesão	Benefícios Lei 11.941	Benefícios MP 470
INSS vencido até 30/11/08	1.724	1.866	135	-	1.731	-	1.731
IPI vencido até 30/11/08	3.071	3.304	372	-	2.932	-	2.932
Parcelamento ordinário CPMF	39	31	13	-	18	-	18
Parcelamento ordinário INSS	2.376	1.938	1.527	-	411	-	411
Parcelamento IPI - PAEX	5.286	3.782	893	-	2.889	-	2.889
Parcelamento IPI - PAEX	20.501	19.536	4.901	-	14.635	-	14.635
Crédito Prêmio IPI (a)	95.229	108.468	22.815	-	85.653	-	85.653
Crédito Prêmio IPI (b)	16.728	17.954	-	10.408	7.546	-	7.546
Crédito Prêmio IPI (c)	-	126.093	-	75.394	50.699	49.336	1.363
Outros Débitos	1.444	6.300	1.113	-	5.187	-	5.187
	<b>146.398</b>	<b>289.272</b>	<b>31.769</b>	<b>85.802</b>	<b>171.701</b>	<b>49.336</b>	<b>122.365</b>

Consolidado	2008	2009	Adesão ao Parcelamento				
			Débitos	Saldo	Saldo antes da Adesão	Benefícios Lei 11.941	Benefícios MP 470
INSS vencido até 30/11/08	1.853	2.007	145	-	1.862	-	1.862
IPI vencido até 30/11/08	3.071	3.304	372	-	2.932	-	2.932
Parcelamento ordinário CPMF	39	31	13	-	18	-	18
Parcelamento ordinário INSS	2.450	2.058	1.540	-	518	-	518
Parcelamento IPI - PAEX	5.286	3.782	893	-	2.889	-	2.889
Parcelamento IPI - PAEX	20.501	19.536	4.901	-	14.635	-	14.635
Crédito Prêmio IPI (a)	95.625	108.883	22.889	-	85.994	-	85.994
Crédito Prêmio IPI (b)	16.728	17.954	-	10.408	7.546	-	7.546
Crédito Prêmio IPI (c)	-	126.093	-	75.394	50.699	49.336	1.363
Outros Débitos	1.444	7.096	1.334	-	5.762	329	5.433
	<b>146.997</b>	<b>290.744</b>	<b>32.087</b>	<b>85.802</b>	<b>172.855</b>	<b>49.665</b>	<b>123.190</b>

(a) Compensações de tributos federais realizadas com crédito prêmio de IPI de origem posterior a 05/10/1990, adquirido de parte relacionada, com direito de regresso.

(b) Compensações de tributos federais realizadas com crédito prêmio de IPI de origem posterior a 05/10/1990, adquirido de terceiros.

(c) Compensações de tributos federais realizadas com crédito prêmio de IPI de origem anterior a 05/10/1990. As compensações foram realizadas com base em decisões judiciais transitadas em julgado, porém com valores ilíquidos, dado que não definidos em decisão terminal de liquidação de sentença.

O valor de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social, utilizado para liquidação dos débitos, monta em R\$ 49.336 (R\$ 49.665 no consolidado). Em atendimento à instrução CVM nº 346/00, os montantes decorrentes de créditos tributários anteriormente não reconhecidos, porém utilizados no processo de parcelamento REFIS, estão também registrados na conta de Outras Receitas Operacionais, destacada no resultado do exercício, de forma a revelar a sua natureza não recorrente.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. Estas desistências de ações contra as autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 10(b).

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
2009	-	9.303	-	9.761
2010	21.434	6.675	22.179	6.983
2011	13.690	6.194	14.432	6.503
2012	13.690	4.585	14.431	4.893
2013	13.690	4.106	14.431	4.415
2014	11.772	2.768	12.081	2.794
2015	7.562	2.645	7.616	2.645
2016	7.562	1.984	7.616	1.984
2017	7.562	-	7.616	-
2018	7.562	-	7.616	-
2019	7.562	-	7.616	-
2020	7.562	-	7.616	-
2021	7.562	-	7.616	-
2022	7.562	-	7.616	-
2023	7.562	-	7.616	-
2024	7.477	-	7.534	-
	<b>149.811</b>	<b>38.260</b>	<b>153.632</b>	<b>39.978</b>

## 17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
IRRF sobre premiações (a)	-	1.444	-	1.444
IRRF	600	644	774	808
ICMS	899	2.119	899	2.119
IPI (b)	-	5.380	-	5.380
PIS	-	-	16	-
COFINS	-	9	71	9
IRPJ	-	-	22	-
Outros	32	120	173	245
	<b>1.531</b>	<b>9.716</b>	<b>1.955</b>	<b>10.005</b>

(a) Este débito foi incluído no REFIS, conforme nota explicativa 16.

(b) Os débitos vencidos até 30/11/08 foram incluídos no REFIS, os demais são objeto de parcelamento ordinário (nota explicativa 16).



## 18. TRIBUTOS A PAGAR

### (a) Movimentação dos tributos a pagar

Controladora									
2009	(-) Inclusão REFIS	(-) Benefícios MP 470	(-) Benefícios Lei 11.941	(+) Adições	(+) Atualizações Monetárias	2008	Atualizações Monetárias	2007	
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de Empresas ligadas	-	85.653	-	22.815	9.353	3.886	95.229	4.925	90.304
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de terceiros	-	7.546	10.408	-	594	632	16.728	791	15.937
	-	93.199	10.408	22.815	9.947	4.518	111.957	5.716	106.241

Consolidado									
2009	(-) Inclusão REFIS	(-) Benefícios MP 470	(-) Benefícios Lei 11.941	(+) Adições	(+) Atualizações Monetárias	2008	Atualizações Monetárias	2007	
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de Empresas ligadas	-	85.994	-	22.889	9.353	3.904	95.626	4.949	90.677
Tributos a pagar sobre créditos adquiridos de terceiros	-	7.546	10.408	-	594	632	16.728	791	15.937
	-	93.540	10.408	22.889	9.947	4.536	112.354	5.740	106.614

Esses débitos foram incluídos no REFIS (nota explicativa 16) e tiveram os benefícios de redução de multa e juros, que foram contabilizados no resultado na conta de Outras despesas operacionais.

## 19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis.

A abertura do saldo da provisão para contingências, reduzido pelos correspondentes depósitos judiciais pode ser assim apresentadas:

Controladora	Depósitos Judiciais	Montante Provisionado	2009	Depósitos Judiciais	Montante Provisionado	2008
Cíveis	-	1.803	1.803	-	2.370	2.370
Trabalhistas	(563)	10.779	10.216	(350)	6.349	5.999
Tributária	(1.199)	1.606	407	(1.076)	1.481	405
Tributária (a)	-	8.350	8.350	-	3.191	3.191
	(1.762)	22.538	20.776	(1.426)	13.391	11.965
		Circulante	5.539		Circulante	-
		Não Circulante	15.237		Não Circulante	11.965

Consolidado	Depósitos Judiciais	Montante Provisionado	2009	Depósitos Judiciais	Montante Provisionado	2008
	Cíveis	-	1.821	1.821	-	2.370
Trabalhistas	(563)	10.779	10.216	(350)	6.394	6.044
Tributária	(1.199)	1.606	407	(1.076)	1.481	405
Tributária (a)	-	8.350	8.350	-	3.191	3.191
	<b>(1.762)</b>	<b>22.556</b>	<b>20.794</b>	<b>(1.426)</b>	<b>13.436</b>	<b>12.010</b>
		Circulante	5.557		Circulante	-
		Não Circulante	15.237		Não Circulante	12.010

## Tributária

(a) A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida pelo Exmo. Juiz Federal Titular da 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Antonio Corrêa, através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2009 o montante provisionado atualizado é de R\$ 8.350.

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no exercício.

O aumento da provisão trabalhista baseia-se no fato de que alguns processos tiveram sentença de liquidação declarada. A companhia com base neste fato promoveu à revisão dos valores, adequando-os a realidade processual.

Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos advogados da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas em: perda provável, perda possível ou perda remota. Os valores classificados como perda provável são provisionados nos montantes estimados de perda e os valores classificados como perda possível são divulgados em Nota Explicativa.

Demonstrativo da movimentação da provisão e depósitos para contingências:

Controladora	Provisões				Depósitos Judiciais		Total
	Cível	Trabalhista	Tributária	Tributária (a)	Trabalhista	Tributária	
2008	2.370	6.349	1.481	3.191	(350)	(1.076)	11.965
Depósitos	-	-	-	-	(268)	(123)	(391)
Provisões	30	5.672	125	5.159	-	-	10.986
Baixas	(597)	(1.242)	-	-	55	-	(1.784)
2009	1.803	10.779	1.606	8.350	(563)	(1.199)	20.776

Consolidado	Provisões				Depósitos Judiciais		Total
	Cível	Trabalhista	Tributária	Tributária (a)	Trabalhista	Tributária	
2008	2.370	6.394	1.481	3.191	(350)	(1.076)	12.010
Depósitos	-	-	-	-	(268)	(123)	(391)
Provisões	63	5.702	125	5.159	-	-	11.049
Baixas	(612)	(1.317)	-	-	55	-	(1.874)
2009	1.821	10.779	1.606	8.350	(563)	(1.199)	20.794

Demonstrativo da exposição máxima (riscos de perdas prováveis e possíveis):

Controladora	Cível	Trabalhista	Tributária	Tributária (a)	Total
Provável	1.803	10.779	1.606	8.350	22.538
Possível	542	3.713	-	-	4.255
	<b>2.345</b>	<b>14.492</b>	<b>1.606</b>	<b>8.350</b>	<b>26.793</b>

Consolidado	Cível	Trabalhista	Tributária	Tributária (a)	Total
Provável	1.821	10.779	1.606	8.350	22.556
Possível	542	3.713	-	-	4.255
	<b>2.363</b>	<b>14.492</b>	<b>1.606</b>	<b>8.350</b>	<b>26.811</b>

Perda Possível – não foram constituídas provisões contábeis para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributárias, cíveis e trabalhistas, a seguir apresentadas:

## Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 130 (cento e trinta) reclamações trabalhistas, movidas por ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. O montante em risco estimado é de R\$ 2.341.

Notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa, e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa. O valor atualizado em risco em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 1.372.

## Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 113 (cento e treze) ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. O montante estimado em risco é de R\$ 542.

## 20. EMPRESAS LIGADAS E PARTES RELACIONADAS

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre as Companhias do grupo, foram realizadas conforme abaixo.

	Empresas Controladas								Total	
	Portobello América, Inc.		PBTech Com. Serv. Ltda.		Portobello Shop S.A.		Mineração Portobello Ltda.			
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Ativo</b>										
Contas a Receber de Clientes	-	-	2.285	2.327	-	-	-	-	2.285	2.327
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	741	518	741	518
Dividendos a Receber	-	-	-	-	5.909	8.285	-	-	5.909	8.285
Créditos com Controladas	32.182	37.937	605	820	-	-	-	-	32.787	38.757
<b>Total</b>	<b>32.182</b>	<b>37.937</b>	<b>2.890</b>	<b>3.147</b>	<b>5.909</b>	<b>8.285</b>	<b>741</b>	<b>518</b>	<b>41.722</b>	<b>49.887</b>
<b>Passivo</b>										
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-	-	7.827	7.237	-	-	7.827	7.237
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.827</b>	<b>7.237</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.827</b>	<b>7.237</b>
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Resultado</b>										
Receita de Venda de Produtos	10.968	27.359	-	551	-	-	-	-	10.968	27.910
Receita de Prestação de Serviços	-	-	-	24	5.453	5.210	-	-	5.453	5.234
Custo dos Serviços Prestados	-	-	-	-	(2.839)	(3.289)	-	-	(2.839)	(3.289)
Compra de Produtos	-	-	-	-	-	-	(958)	(525)	(958)	(525)
<b>Total</b>	<b>10.968</b>	<b>27.359</b>	<b>-</b>	<b>575</b>	<b>2.614</b>	<b>1.921</b>	<b>(958)</b>	<b>(525)</b>	<b>12.624</b>	<b>29.330</b>

	Empresas Ligadas				Total	
	Refinadora Catarinense S.A		Solução Cerâmica e Com. Ltda.			
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Ativo</b>						
Valores a Receber	86.763	95.229	-	-	86.763	95.229
Contas a Receber de Clientes	-	-	138	120	138	120
<b>Total</b>	<b>86.763</b>	<b>95.229</b>	<b>138</b>	<b>120</b>	<b>86.901</b>	<b>95.349</b>
<b>Passivo</b>						
Adiantamento de Clientes	-	-	314	401	314	401
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	2.269	-	-	-	2.269
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.269</b>	<b>314</b>	<b>401</b>	<b>314</b>	<b>2.670</b>

A definição do preço de venda de produtos da Controladora para as empresas Controladas é custo acrescido de 15%, diferente do exercício anterior onde era 5% inferior ao praticado com terceiros, por não existir despesa com comissão de agente.

Os contratos de mútuo com empresas ligadas são remunerados pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possuem vencimento em 31 de dezembro de 2010.

Nas operações com a Portobello America Inc. está sendo avaliada a alternativa de transformação de parte do contas a pagar para com a Companhia em capital da subsidiária.

### Refinadora Catarinense

Durante os anos de 2001 a 2003, a Companhia adquiriu da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ou "Refinadora", créditos fiscais contra a Fazenda Federal. Os créditos da Refinadora tiveram origem em pretensão formalizada em Mandado de Segurança, por ela impetrado em face da Fazenda Nacional, reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI durante o período de 24/07/1991 a 23/07/2001. No período de janeiro de 2001 a janeiro de 2003, a Companhia utilizou os referidos

créditos, no montante de R\$ 42.102, para liquidação de tributos federais gerados e devidos pela Companhia, liquidação essa expressamente amparada por decisão judicial prolatada nos autos do Mandado de Segurança. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Federal, com a ulterior homologação das compensações realizadas, a Refinadora deveria ressarcir a Companhia pelo montante que eventualmente viesse a desembolsar para liquidação definitiva dos tributos federais que foram compensados com aqueles créditos.

Por ocasião da edição da Lei nº 11.941, que oportunizou aos contribuintes o parcelamento dos débitos tributários, em até 180 meses, a Companhia entendeu por aderir ao parcelamento extraordinário, confessando expressamente o débito tributário, com os benefícios de redução de juros e multas, notadamente porque o Supremo Tribunal Federal já havia se pronunciado acerca do marco extintivo do crédito-prêmio do IPI, ocorrido em 04.10.1990, o que acarretou em extinguir as pretensões deduzidas na ação acima reportada.

Ressalta-se que a Refinadora já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados em compensação tributária, ao final glosados, contingenciando a perda do processo, com o valor da garantia registrado no ativo não circulante. A referida garantia foi prestada com créditos originados do processo nº 87.00.00967-9, que versa também sobre benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04/10/1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

A partir da confissão dos débitos fiscais, as empresas – Portobello e Refinadora – resiliaram o contrato de garantia e firmaram um Contrato de Dação em Pagamento com Cessão de Créditos, no valor de R\$ 86.763, como forma de substituir a garantia, servindo os créditos ora cedidos como aptos à satisfação da totalidade dos créditos tributários parcelados. Os créditos oferecidos em dação em pagamento também têm origem no processo nº 87.00.00967-9, e são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, conforme contrato.

Adicionalmente, a Refinadora Catarinense S/A permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

Importa dizer que os créditos em dação em pagamento estão na iminência de transformarem-se em precatório, cuja expectativa de recebimento destes haveres é de 2 anos, ocasião em que a Companhia poderá iniciar o procedimento de compensação tributária, aguardar a conversão em pecúnia ou comercializar o precatório.

## Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 são:

	Acumulado de 2009 e 2008	
	2009	2008
Salários e encargos	5.170	4.561
Honorários de diretoria e encargos	1.785	1.991
Plano de previdência	442	350
Outros	939	674
Total	8.336	7.576

## 21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A partir do exercício de 1997 começou a vigorar o Plano de Benefícios Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e recebeu a adesão de 1.892 funcionários. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade. A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2009, desta parte do plano, considerada como sendo de benefício definido, apresenta um déficit atuarial de R\$ 138.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 3.281 (R\$ 3.629 em dezembro de 2008) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

Todos os benefícios do plano serão concedidos aos participantes que estiverem elegíveis, considerando-se o estabelecido no Regulamento do Plano. O custeio de cada plano de benefícios será estabelecido por atuário independente uma vez por ano, ou sempre que ocorrerem alterações significativas nos encargos do fundo, com respeito ao referido plano.

Durante o exercício de 2009 foram registrados no resultado, gastos com contribuições ao plano de previdência dos participantes no montante de R\$ 818 (R\$ 1.254 em 2008), registrada sob a rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

### Premissas Atuariais

As principais premissas atuariais, em 31 de dezembro, são as seguintes:

	2009	2008
<b>Hipóteses econômicas</b>		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	1% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência		
Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	1% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada	Desconsiderada
<b>Fator de capacidade</b>		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
<b>Hipóteses demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

---

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital autorizado

Em 27 de novembro de 2007 em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada, na forma do art. 136 da Lei 6.404/76, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para uma ação preferencial que efetivamente aconteceu em 10 de janeiro de 2008, data em que a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 112.957 (R\$ 112.957 em dezembro de 2008) que está representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembléias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

### (b) Reserva de reavaliação

Constituída em 2006 com base em laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, sendo transferida para lucros acumulados na mesma proporção da depreciação ou baixa dos bens que a geraram (nota explicativa 13).

### (c) Reserva legal e estatutária

O Estatuto da Companhia prevê que 5% dos lucros líquidos serão destinados a reserva legal, limitados a 20% do capital social. Nos termos da legislação societária, a Companhia não efetuou a destinação do lucro líquido do exercício para compensá-lo com o saldo de prejuízos acumulados.

### (d) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios no valor equivalente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi utilizado para absorver prejuízos acumulados.

## 23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (nota 7b)	6.703	-	6.703	-
Receita de serviços com partes relacionadas	2.451	1.921	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	433	-	433	-
Ressarcimento de tributos e taxas municipais	-	60	-	60
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)	1.503	15.030	1.503	15.030
Venda de imobilizado	1.766	-	1.766	-
Parcelamento - REFIS (nota 16)	51.907	-	52.291	-
Ativos tributários (nota 10)	7.365	-	7.365	-
Contrato de dação com partes relacionadas (a)	1.156	-	1.156	-
Outras receitas	997	55	869	828
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>74.281</b>	<b>17.066</b>	<b>72.086</b>	<b>15.918</b>
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 19)	(5.742)	(7.331)	(5.674)	(7.355)
Tributos sobre outras receitas	(306)	(170)	(306)	(170)
Custo da ociosidade	-	(1.943)	-	(1.943)
Custo com venda de bens	(1.680)	-	(1.680)	-
Participação no resultado	-	(2.417)	-	(2.537)
Indenização sobre contrato de terceiros	(1.076)	-	(1.076)	-
Parcelamento - REFIS (nota 16)	(49.428)	-	(49.428)	-
Outras despesas	(177)	(393)	(967)	(857)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(58.409)</b>	<b>(12.254)</b>	<b>(59.131)</b>	<b>(12.862)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>15.872</b>	<b>4.812</b>	<b>12.955</b>	<b>3.056</b>

(a) Trata-se da seção de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S/A oferecidos em dação em pagamento.

## 24. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a equipamentos de informática e veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes períodos seguintes é:

	2009	2008
Até um ano	205	109
Mais de um ano até cinco anos	144	95
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>204</b>



## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros	1.702	701	2.456	1.440
Descontos recebidos	338	578	345	586
Outros	-	22	-	22
	<b>2.040</b>	<b>1.301</b>	<b>2.801</b>	<b>2.048</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	(22.751)	(21.208)	(23.146)	(22.432)
Comissões e taxas de serviços	(1.212)	(879)	(1.231)	(879)
Encargos financeiros com tributos	576	(5.222)	(42)	(5.435)
Deságios/despesas bancárias	(631)	(1.715)	(631)	(1.740)
Descontos concedidos	(413)	(1.854)	(417)	(1.866)
CPMF	-	(36)	-	(36)
IOF	(2.156)	(1.219)	(2.156)	(1.219)
Outros	-	(45)	(291)	(55)
	<b>(26.587)</b>	<b>(32.178)</b>	<b>(27.914)</b>	<b>(33.662)</b>
<b>Varição cambial líquida</b>				
Varição cambial ativa	<b>30.025</b>	<b>41.488</b>	<b>30.025</b>	<b>41.488</b>
Aplicações financeiras	552	3.448	552	3.448
Contas a Receber	7.312	26.614	7.312	26.614
Fornecedores	4.390	794	4.390	794
Empréstimos e Financiamentos	17.771	10.632	17.771	10.632
Varição cambial passiva	<b>(26.060)</b>	<b>(50.101)</b>	<b>(26.060)</b>	<b>(50.101)</b>
Aplicações financeiras	(2.976)	(748)	(2.976)	(748)
Contas a Receber	(16.936)	(16.703)	(16.936)	(16.703)
Fornecedores	(3.488)	(3.604)	(3.488)	(3.604)
Empréstimos e Financiamentos	(2.660)	(29.046)	(2.660)	(29.046)
	<b>3.965</b>	<b>(8.613)</b>	<b>3.965</b>	<b>(8.613)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(20.582)</b>	<b>(39.490)</b>	<b>(21.148)</b>	<b>(40.227)</b>

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

	Controladora e Consolidado
	2009
Coberturas	
Incêndio/Raio/Explosão Qualquer Natureza	84.000
Danos Elétricos	1.000
Tumultos	1.000
Vendaval/Fumaça c/impacto de Veículos	3.000
Responsabilidade Civil - Operações	2.500
Responsabilidade Civil - Empregador	2.500
Lucro Cessante dec. Vendaval c/Impacto	16.000
Lucro Cessante dec. Básica	16.000

## 27. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com honorários da administração totalizaram R\$ 1.484 no exercício de 2009 (R\$ 1.643 em 2008). A Assembléia Geral Ordinária de 24 de abril de 2009 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global dos administradores no montante máximo R\$ 4.320.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### (a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

As aplicações financeiras em fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos são avaliadas utilizando-se a técnica de marcação a mercado. Os Certificados de Depósitos Bancários são precificados pela curva, mas dada as suas características de prazo e liquidez, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos pelo valor justo, líquido dos custos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Os investimentos limitam-se a investimentos em controladas, registrado pelo método de equivalência patrimonial.

### (b) Gestão de riscos financeiros

A Companhia monitora regularmente sua exposição a esses riscos que são controlados e gerenciados por suas Tesouraria e Diretoria Financeira.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Não foi utilizado qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo.

### (c) Risco de crédito

A Companhia mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

#### (d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeiras.

#### (e) Risco de mercado

##### Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### Risco com taxa de câmbio

O montante da dívida em moeda estrangeira equivale à aproximadamente 11 meses de receitas de exportação tomando-se como base a média do exercício de 2009. A receita exposta a variação cambial no período de amortização é próxima ao serviço da dívida, dispondo, portanto, de “hedge”, natural em seu fluxo de caixa.

#### Risco de Exposição Cambial:

	Controladora em Reais		Consolidado em Reais	
	2009	2008	2009	2008
Contas a receber	10.693	20.398	11.325	28.661
Adiantamento a Fornecedores	768	621	768	621
Títulos e valores mobiliários	3.650	6.790	3.650	6.790
Investimentos em controladas	(27.026)	(29.277)	(27.026)	(29.277)
Fornecedores	(2.687)	(5.909)	(3.820)	(6.961)
Empréstimos e financiamentos	(31.167)	(75.700)	(31.184)	(77.291)
Passivos líquidos expostos	(45.769)	(83.077)	(46.287)	(77.457)

		Controladora em Moeda Estrangeira		Consolidado em Moeda Estrangeira	
		2009	2008	2009	2008
Contas a receber	Euro	301	354	301	354
Contas a receber	Dólar	5.238	8.237	6.824	11.773
Adiantamento a fornecedores	Euro	82	14	82	14
Adiantamento a fornecedores	Dólar	325	345	325	345
Títulos e valores mobiliários	Dólar	2.096	2.905	2.096	2.905
Investimentos em controladas	Dólar	(15.521)	(12.528)	(15.521)	(12.528)
Fornecedores	Euro	(708)	(829)	(708)	(829)
Fornecedores	Dólar	(400)	(1.380)	(1.051)	(1.831)
Empréstimos e financiamentos	Euro	(1.835)	-	(1.835)	-
Empréstimos e financiamentos	Dólar	(14.235)	(32.392)	(14.245)	(33.073)

## (f) Derivativos

A Companhia não celebrou instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaptions, swaps com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.